

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 128/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA CORRETIVA DE (02) DOIS GRUPOS DE GERADORES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO PARA O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA EROTILDES FERREIRA DA COSTA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO (GO), inscrito no CNPJ nº 03.532.661/0001-56, com sede administrativa na Rodovia BR-050, km 278, s/nº (prédio do DNIT), Bairro Pontal Norte, nesta Cidade Catalão, Estado de Goiás, CEP nº 75.707-270, neste ato representado pelo seu Gestor Público, Senhor **FERNANDO NETTO LORENZI**, brasileiro, médico, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.497.246-34, residente e domiciliado nesta Cidade Catalão, Estado de Goiás, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa **EROTILDES FERREIRA DA COSTA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.406.286/0001-35, situada na Rua Posse, nº 274, Bairro Nossa Senhora de Fátima CEP 75.709-250, nesta Cidade Catalão – Goiás, representada pelo proprietário **EROTILDES FERREIRA DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob o nº 860.077, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 557.898.628-53, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Da fundamentação legal: O presente contrato decorre de licitação na modalidade Pregão Presencial, autuada sob o nº 194/2017, do tipo menor preço por item, homologada pelo Ilustríssimo Gestor Municipal da Secretaria Municipal de Saúde em 26 de fevereiro de 2018, oriundo do Processo Administrativo nº 2017035742, estando às partes vinculadas ao Edital de licitação e à proposta de preços vencedora, cuja execução, e especialmente os casos omissos, estão sujeitos às normas do direito privado e a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (subsidiária), cujos termos são irrevogáveis, bem como as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto o fornecimento, por parte da CONTRATADA, de serviços de inspeção e manutenção elétrica corretiva de (02) dois grupos de geradores, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estabelecidas no respectivo Termo de Referência (Anexo I), como parte integrante do Edital de **Pregão Presencial nº**

Costa

194/2017 e seus anexos e da Proposta de Preços vencedora, que de agora em diante integram também este pacto contratual, independentes de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO:

2.1. Dá-se a este contrato valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL TOTAL PARA 10(DEZ) MESES.
1	Manutenção elétrica corretiva e inspeções periódicas semanais em grupo de gerador. Nas inspeções semanais serão realizados os seguintes serviços: 1) verificação do nível de água do radiador; 2) verificação do sistema de aquecimento da água do radiador; 3) verificação do nível de óleo do motor; 4) verificação do nível de óleo combustível; 5) verificação do sistema de carregamento de bateria; 6) verificação de funcionamento dos instrumentos de medição (voltagem, amperímetro, USCA e correlatos); 7) verificação das conexões elétricas do gerador e quadro de transferência; 8) limpeza do grupo gerador e painel de transferência; 9) limpeza da sala onde se encontra o grupo gerador; 10) teste de funcionamento do equipamento com simulação de queda de energia e acompanhamento de partida e funcionamento do grupo gerador; 11) entregar semanalmente relatório com os itens verificados e com as observações e providência a serem tomadas. GERADOR: GRUPO GERADOR TRIFÁSICO, POTÊNCIA NOMINAL DE 40 KVA, GERADOR MARCA WEG, MOTOR A DIESEL, QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICO, UNIDADE DE CONTROLE USCAMAQ.	1 MARCA WEG	R\$ 1.000,00	R\$ 10.000,00
2	Manutenção elétrica corretiva e inspeções periódicas semanais em grupo de gerador. Nas inspeções semanais serão realizados os seguintes serviços: 1) verificação do nível de água do radiador; 2) verificação do sistema de aquecimento da água do radiador; 3) verificação do nível de óleo do motor; 4) verificação do nível de óleo combustível; 5) verificação do sistema de carregamento de bateria; 6) verificação de funcionamento dos instrumentos de medição (voltagem, amperímetro, USCA e correlatos); 7) verificação das conexões elétricas do gerador e quadro de transferência; 8) limpeza do grupo gerador e painel de transferência; 9) limpeza da sala onde se encontra o grupo gerador; 10) teste de funcionamento do equipamento com simulação de queda de energia e acompanhamento de partida e funcionamento do grupo gerador; 11) entregar semanalmente relatório com os itens verificados e com as observações e providência a serem tomadas. GERADOR: GRUPO GERADOR TRIFÁSICO, POTÊNCIA NOMINAL DE 181 KVA, GERADOR MARCA CUMMIS, MOTOR A DIESEL, QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICO, UNIDADE DE CONTROLE POWERCOMMAND.	1 MARCA CUMMIS	R\$ 4.000,00	R\$ 40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos deverão ser efetuados pelo Fundo Municipal de Saúde, através de transferência eletrônica, conforme legislação vigente, mediante apresentação de Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo Setor competente, em letra bem legível, sem rasuras, juntamente com comprovantes de regularidade fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias** após a manifestação favorável do setor responsável pela fiscalização da Nota Fiscal e da fatura apresentada, ficando assegurado o prazo máximo 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO (GO)**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.532.661/0001-56, com sede administrativa à Rodovia BR-050, km 278, s/nº (prédio do antigo DNIT) – São

Francisco, CEP nº 75.707-270, na cidade de Catalão (GO), sem rasuras, letra legível com discriminação exata dos produtos efetivamente entregues.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o pagamento ocorrerá após a regularização da situação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA e de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidões negativas.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. A despesa decorrente da presente licitação irá onerar a seguinte dotação:

Gestão: 09 – Fundo Municipal de Saúde de Catalão;

Unidade: 0401 – FMS.

Função: 10.301.4009-4037 – Manutenção do F.M.S.

Natureza: 339039 – Outros serviços terceiros Pessoa Jurídica.

Sub Elemento: Serviços de Energia Elétrica.

Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência.

Fonte de Recursos: 114 – Transferência de Recursos do Sistema Único.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, encerrando-se, impreterivelmente, em 31/12/2018, estendendo sua eficácia ao prazo de garantia do bem.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. Havendo mútuo interesse, o presente contrato poderá ser prorrogado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, se enquadrado nos permissivos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas nos arts. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, através de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

8.1. Os acréscimos ou supressões dos bens contratados que porventura venham ocorrer, durante a vigência do presente pacto, não poderão exceder ao limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1. Na hipótese de aumento geral de preços dos bens contratados, demonstrados de forma analítica o aumento de custos, poderão ainda as partes, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato através de termo aditivo, mantidas as condições da proposta, ressaltando que o percentual a ser repassado ao CONTRATANTE não poderá exceder o percentual repassado à CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO:

10.1. O fornecimento dos serviços objeto deste Termo deverá ocorrer, semanalmente ou a qualquer hora, sempre dentro da necessidade do contratante, mediante emissão de Ordens de serviços por autoridade competente, após assinatura do contrato, devendo ser executados, as expensas da empresa contratada, nos locais indicados nas Ordens de Fornecimentos, prazo **máximo de 01 (uma) hora da solicitação**.

10.2. O contratante solicitará os serviços, através de Ordens de Fornecimentos emitidas pelo Departamento de Compras, na medida de suas necessidades, sendo que as quantidades previstas no presente contrato são apenas estimativas de gastos, podendo ser utilizados parcialmente conforme a necessidade e interesses administrativos.

10.3. Os serviços serão fornecidos à medida que forem requisitados no decorrer deste exercício financeiro, podendo ser utilizados parcialmente, conforme a necessidade e interesses do Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo dos valores e quantidades contratados inicialmente, devendo os mesmos serem executados sem qualquer fator que possa comprometer a qualidade dos mesmos.

10.4. O recebimento dos serviços ficará a cargo do contratante, devendo ser executados nos endereços constantes das Ordens de Execução emitidas pelo Departamento de Compras.

10.5. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Empresa contratada deverá substituí-los imediatamente, se estes apresentarem defeito ou divergência relativa ao padrão e norma brasileira vigente ou às especificações constantes do instrumento convocatório, independentemente do serviço rejeitado, observando as

condições estabelecidas para a execução, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.

10.6. Será de responsabilidade da Empresa contratada, quando da execução, controlar os serviços executados, para que não ultrapasse o solicitado, bem como correrá as suas expensas todas as despesas decorrentes da execução ora contratada.

10.7. Fica expressamente proibido a prestação destes serviços para órgãos não pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Catalão.

10.8. Fica vedado o substabelecimento do fornecimento contratado, salvo em situações justificadas e aprovadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Catalão. Neste caso, a Empresa indicada deverá atender todas as condições exigidas no contrato e a nota fiscal deverá ser emitida pela Empresa contratada e não pela substabelecida.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. O fornecimento do objeto desta licitação será efetuado pela Empresa vencedora somente após a assinatura do respectivo contrato.

11.2. O Secretário Municipal de Saúde ou à sua ordem, gerenciará obrigatoriamente a execução do contrato e fiscalizará o fornecimento, controlando a perfeita execução do mesmo, que deverá ser exclusivamente no interesse da Administração, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os produtos que, a seu critério não for considerado satisfatório (Portaria anexa – 0615 de 28 de dezembro de 2017).

11.3. A fiscalização e acompanhamento do cumprimento do fornecimento ora pactuado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, sendo oportunamente designado um gestor representante da Administração (Portaria anexa – 0615 de 28 de dezembro de 2017).

11.4. A fiscalização por parte do órgão responsável não eximirá a empresa contratada das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar ao município ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários na execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.1. Efetuar os pagamentos na forma e prazos previstos no contrato.



12.2. Acompanhar e fiscalizar as execuções, qualificações e aferição dos objetos deste contrato.

12.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato.

12.4. Se necessário, paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo das entregas efetuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. Executar os serviços contratados, dentro do prazo estabelecido neste contrato, livre de quaisquer ônus, embaraços ou encargos, na forma ajustada, em conformidade com a solicitação e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante requisição escrita do CONTRATANTE, através de Ordens de Fornecimentos, que especificará os serviços e os quantitativos a serem executados, cumprindo integralmente as determinações deste Contrato, nos termos da proposta de preços ofertada;

13.2. Executar os serviços diretamente no local indicado pelo Departamento de Compras e Suprimentos da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, somente no horário de expediente, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00hs, ou ainda quando solicitado de forma extraordinário.

13.3. Assumir os impostos, taxas e multas que tenham incidido sobre o objeto, cuja ocorrência tenha se efetivado em data anterior a assinatura do presente pacto;

13.4. Fornecer garantia dos serviços, que deverão atender aos padrões e normas brasileiras vigentes, bem como efetuar, às suas expensas, a substituição de qualquer serviço que, comprovadamente, apresente imperfeições, falhas, grave defeito, adulteração, desconformidades ou divergência relativa às especificações constantes do instrumento convocatório para que sejam adotadas as medidas necessárias;

13.5. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a servidores deste ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

15.6. Fornecer sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovantes de inexistência de débito relativo às contribuições sociais, mediante documento fornecido pelos órgãos competentes, conforme dispões o art. 47, inciso I alínea “a” da Lei 8.212 de 1991;

15.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cumprindo o objeto deste contrato de acordo com as especificações e demais condições previstas no Edital;

15.8. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações;

15.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

15.10. Arcar com todas as despesas decorrentes deste fornecimento, incluindo as despesas tributárias, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes desta contratação;

15.11. Aceitar, nos termos do art. 65 § 1º, da Lei 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO:

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão pelo CONTRATANTE, pelos motivos e na forma e consequência prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, aplicando as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da referida lei, no que couber, e os demais diplomas legais aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 80 da citada lei, no que couber ao presente instrumento;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, no que couber, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES:

15.1. As sanções cabíveis serão aplicadas de acordo com o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02 e arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor residual do contrato, que poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

III- Suspensão do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE pelo prazo que for fixado pelo Prefeito em função da natureza e da gravidade da falta cometida:

a) por 06 (seis) meses - quando a CONTRATADA incidir em atraso na execução do objeto que lhe tenham sido adjudicados, através de licitação, ou recusar, injustificadamente, assinar o contrato ou recusar a cumprir com a proposta apresentada no processo licitatório;

b) por 01 (um) ano - quando a CONTRATADA executar o fornecimento de forma incorreta, infringindo a legislação vigente e pertinente a matéria, de forma dolosa;

c) por até 02 (dois) anos - nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos ao CONTRATANTE.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade, bem como por desacato a funcionário ou a Secretário do CONTRATANTE:

a) O ato de declaração de inidoneidade será proferido pelo Prefeito de Catalão - GO e publicado no Diário Oficial do Estado, e perdurará enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item III deste Parágrafo;

b) A sanção aplicada conforme inciso IV será apurada em processo administrativo próprio, sendo concedido à CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias da sua intimação para apresentação de defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A reabilitação poderá ser requerida após decorridos 02 (dois) anos da aplicação da sanção prevista no inciso IV.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nos incisos III e IV poderão também ser aplicadas às empresas que em razão deste contrato:



- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUINTO - As multas e demais sanções, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor residual do contrato, por dia de descumprimento, após regular processo administrativo, cujo valor poderá ser descontado de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas previstas na cláusula anterior não têm caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:

18.1. Caso o CONTRATANTE tenha que recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

19.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA VIGÈSIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:

20.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar o cadastramento deste contrato no site do TCM-GO, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da sua publicação oficial, nos termos da Instrução Normativa - IN nº 00009/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá, ainda, ao CONTRATANTE, providenciar a publicação do presente contrato no Placard de Avisos da Prefeitura Municipal, meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e



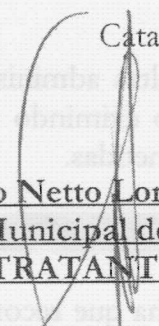
administrativos do Município de Catalão (art. 118 da Lei Orgânica do Município), conforme disposto no art. 61, § único da Lei 8.666/93, bem como no portal do Município de Catalão - GO (sítio da internet) em atendimento a Lei nº 12.527/11.

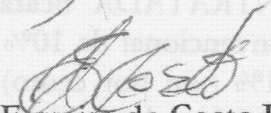
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO:

19.1. Fica eleito o **Foro da Cidade de Catalão - GO**, para ação que resulte ou possa resultar do disposto neste contrato, dispensando-se quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

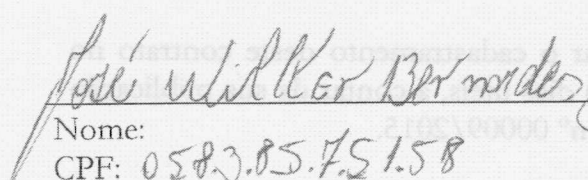
19.2. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, o CONTRATANTE e a CONTRATADA assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e para uma única finalidade, depois de lido e achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

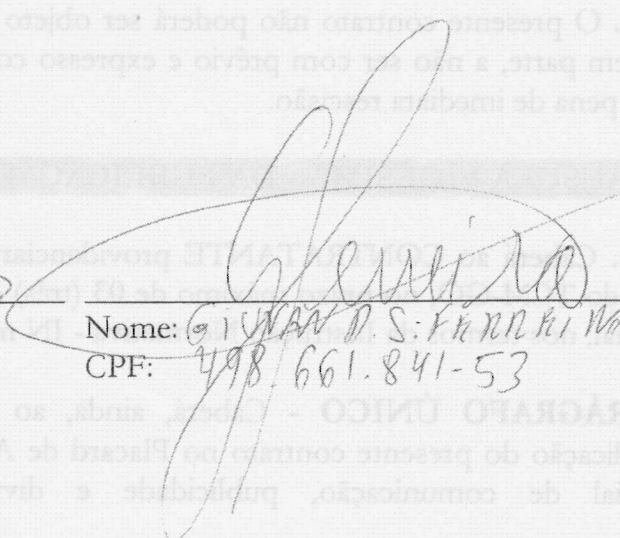
Catalão - GO, 26 de Fevereiro de 2018.


Fernando Netto Lorenzi
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE


Erotildes Ferreira da Costa EPP
Proprietário – Erotildes Ferreira da Costa
CONTRATADA.

Testemunhas:


Nome: José Wilker Berrnordes
CPF: 0583.05.751.58


Nome: Giovanni D. S. Franke
CPF: 498.661.841-53

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins, que o presente documento foi afixado no placard próprio desta Prefeitura, nos termos do Art. 118 caput da Lei Orgânica do Município de Catalão.

Catalão, 18/01/2019.

Presidente da Comissão de Licitação

"Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 128/2018, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS e Erotildes Ferreira da Costa - EPP.

Pelo presente instrumento contratual, presentes as partes, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - FMS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 03.532.661/0001-56, com sede na Rodovia Br-050, km 278, s/nº (prédio do DNIT), Bairro Pontal Norte, CEP. 75.707-270, na cidade de Catalão, estado de Goiás, neste ato representado por seu Gestor, Senhor Dr. **Fernando Netto Lorenzi**, Secretário Municipal de Saúde, brasileiro, casado, portador do CPF nº 302.497.246-34 e do RG. 7372428 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Catalão, Estado de Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **EROTILDES FERREIRA DA COSSTA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.406.286/0001-35, situada na Rua Posse, n.º 274, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Cep.: 75.709-250, nesta Cidade Catalão - Goiás, representada pelo Proprietário **Erotildes Ferreira da Costa**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob o n.º 860.077, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 557.898.628-53, denominada **CONTRATADA**.

Têm entre si ajustado o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato Administrativo nº 128/2018, firmado em 26 de fevereiro de 2018, oriundo do Processo Administrativo nº 2017035742 na modalidade Pregão Presencial nº 194/2017, com fundamento ao permissivo expresso pela Cláusula 6. Da Prorrogação do Contrato, bem como ao que determina o Art. 57 da Lei 8.666/93, que se regerá nos termos do citado diploma legal e alterações posteriores, observando os procedimentos elencados pelas IN 010/15 ambas do TCM/GO e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a **prorrogação do prazo do contrato** referido no preâmbulo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. Fica prorrogado o prazo do contrato referido no preâmbulo pelo período de 12 (doze) meses, sendo de **01/01/2019 a 31/12/2019**, alterando-se a Cláusula Quinta do Termo Contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. Dá-se a este Termo Aditivo o valor mensal de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), importando o seu valor global em **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Para o pagamento das despesas decorrentes do presente TERMO ADITIVO, serão utilizados os recursos previstos no orçamento programado para o Exercício de 2019.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO:

5.1. As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente TERMO ADITIVO a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para os devidos fins ulteriores de direito.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:

6.1. O CONTRATANTE será responsável pela publicação do presente TERMO ADITIVO de contrato, em extrato resumido, na imprensa oficial, no prazo estabelecido no Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, transmitindo-o ao TCM/GO no prazo expresso pelo caput, do art. 15 da IN 015/12 do TCM/GO.

Por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento contratual em 03(três) vias de igual teor, na presença de 02(duas) testemunhas abaixo qualificadas, na melhor forma de direito.

CATALÃO (GO), 26 DE DEZEMBRO DE 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - FMS

Fernando Netto Lorenzi

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

EROTILDES FERREIRA DA COSTA - EPP

CNPJ sob o n.º 02.406.286/0001-35

Contratada

Testemunhas:

1.

CPF nº: 05.423.831-30

2.

CPF nº: 493.661.841-53

Processo Termo Aditivo: 2019047462

“2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 128/2018, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Catalão e a empresa Erotildes Ferreira da Costa - EPP, oriundo do Pregão Presencial nº 194/2017.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 03.532.661/0001-56, com sede na Rodovia Br-050, km 278, s/nº (prédio do DNIT), Bairro Pontal Norte, CEP. 75.707-270, na cidade de Catalão, estado de Goiás, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **Velomar Gonçalves Rios**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 263.588.241-04, residente e domiciliado na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

CONTRATADA: EROTILDES FERREIRA DA COSTA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.406.286/0001-35, com endereço na Rua Posse, nº 274, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Catalão, Estado de Goiás, CEP: 75.709-250, neste ato representada por **Erotildes Ferreira da Costa**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 557.898.628-53 e da CI/RG nº 860.077 SSP-GO, residente e domiciliado em Catalão, Estado de Goiás.

Têm entre si ajustado o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Prestação de Serviços nº 128/2018, firmado em 26 de fevereiro de 2018, oriundo do Pregão Presencial nº 194/2017 - Processo Administrativo nº 2017035742, com fundamento ao permissivo expresso pela Cláusula 6. Da Prorrogação do Contrato, bem como o que determina o artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, que se regerá nos termos do citado diploma legal e alterações posteriores, observando os procedimentos elencados pela IN 010/2015 do TCM e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a **prorrogação do prazo**, para fornecimento de serviços de inspeção e manutenção elétrica corretiva de 02 (dois) grupos geradores, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde de Catalão/GO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO:

2.1. Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses iniciando em **01/01/2020 encerrando em 31/12/2020**, prorrogáveis nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. As partes conservam o valor total deste contrato no valor mensal de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), totalizando o valor global de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Para o pagamento das despesas decorrentes do presente TERMO ADITIVO, serão utilizados os recursos previstos no orçamento programado para o Exercício de 2020:



Manutenção do F.M.S: 04.0401.10.122.4009.4037-339039

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO:

5.1. As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente TERMO ADITIVO a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para os devidos fins ulteriores de direito.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:

6.1. O CONTRATANTE será responsável pela publicação do presente TERMO ADITIVO de contrato, em extrato resumido, na imprensa oficial, no prazo estabelecido no Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, transmitindo-o ao TCM/GO no prazo expresso pelo caput, do art. 15 da IN 015/12 do TCM/GO.

Por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas, na melhor forma de direito.

CATALÃO (GO), 26 DE DEZEMBRO DE 2019.



Fundo Municipal de Saúde de Catalão
Velomar Gonçalves Rios
Secretário Municipal de Saúde
Contratante



Erotildes Ferreira da Costa - EPP
CNPJ nº 02.406.286/0001-35
Erotildes Ferreira da Costa
Representante Legal
Contratada

Testemunhas:

1. _____
CPF nº:

2. _____
CPF nº:

